

CAMINHO FABRIL: PERCURSOS ENTRE MEMÓRIAS DO TRABALHO E PATRIMÔNIOS INDUSTRIAIS (RIO GRANDE/RS)

FACTORY PATH: ROUTES BETWEEN WORK MEMORIES AND INDUSTRIAL HERITAGE (RIO GRANDE/RS)

Olivia Silva NERY¹

Maria Leticia Mazzucchi FERREIRA²

Resumo: Este artigo apresenta os resultados da pesquisa “Caminho fabril: patrimônio industrial da cidade do Rio Grande” sobre o mapeamento do patrimônio industrial da cidade do Rio Grande/RS. A investigação teve por intuito mapear os estabelecimentos industriais locais entre o período de 1873-2000, bem como registrar as memórias sobre o passado e a rotina fabril rio-grandina. Neste texto buscamos compreender sobre como era a rotina de trabalho nas fábricas e de que forma esse passado industrial é narrado e caracterizado. Esta análise foi feita através de depoimentos escritos coletados durante a pesquisa. Em termos conclusivos, este artigo demonstra a complexidade da memória sobre o trabalho, que permeia entre dores, saudades, alegrias e tristezas. Tais memórias são vistas como parte intangível do patrimônio industrial e parte de uma identidade local.

Palavras-chave: patrimônio industrial, memória do trabalho, memória industrial, industrialização.

Abstract: This article presents the results of the research "Caminho fabril: patrimônio industrial da cidade do Rio Grande" about the mapping of the industrial heritage of the city of Rio Grande/RS. The research aimed to map the local industrial establishments between the period of 1873-2000, as well as to register the memories about the past and the industrial routine in Rio Grande. In this text we seek to understand what the work routine was like in the factories and how this industrial past is narrated and characterized. This analysis was done through written statements collected during the research. In conclusive terms, this article demonstrates the complexity of memory about work, which permeates between pain, nostalgia, joys, and sorrows. Such memories are seen as an intangible part of the industrial heritage and part of a local identity.

Key-words: industrial heritage, labor memory, industrial memory, industrialization.

¹ Doutora em História pela PUCRS (2020), atualmente é professora substituta na Universidade Federal de Pelotas. E-mail: olivianery@gmail.com.

² Doutora em História pela PUCRS (2002), professora emérita da Universidade Federal de Pelotas, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. E-mail: leticiamazzucchi@gmail.com.

Introdução: primeiros passos para trilhar o caminho

Quem caminha pela cidade do Rio Grande, localizada ao sul do Rio Grande do Sul, cruza constantemente com vestígios do passado industrial local. Muitas vezes despercebidos dos olhares das pessoas, camuflados entre construções e vegetações, os *friches* industriais, “espaços que outrora detinham como função uma atividade produtiva fabril e que no presente encontram-se abandonados, desocupados ou sem utilização” (MARTINS, 2007), retratam tanto as diferentes fases de industrialização como de desindustrialização local. Estes espaços eram povoados por trabalhadores e trabalhadoras, por sons, cheiros, maquinários, e, atualmente, encontram-se, em grande medida, abandonados e esquecidos. Apesar da significativa relevância que estes estabelecimentos e outros espaços associados ao trabalho fabril tais como agremiações sindicais, associações de lazer, prédios escolares, apresentam para a história, memória e identidade local, as últimas quatro décadas foram marcadas pela progressiva destruição ou abandono destas construções, resultando numa quase invisibilidade de tais lugares no cenário urbano.

Rio Grande fez parte de um dos polos industriais do Rio Grande do Sul, iniciando sua industrialização ainda no século XIX, sendo um dos marcos dessa industrialização a Fábrica Rheingantz fundada em 1873 e que inaugura uma fase de implantação de plantas industriais de grandes proporções e número significativo de postos de trabalho. A cidade portuária, industrial e operária convive com uma paisagem urbana repleta de vestígios materiais e imateriais do “período das chaminés”: prédios, praças, casas, ruas, monumentos, memórias, saberes e identidades. Esse período de expansão industrial passou por uma forte crise e declínio, a partir da década de 1960, culminando no fechamento de diversas indústrias e setores produtivos, resultando em problemas sociais associados a carência de postos de trabalho. Esta primeira grande crise que assolou a cidade deixou marcas indeléveis como edifícios fabris desativados ou em processo de desativação, a exemplo da Fábrica têxtil Ítalo-brasileira.¹ A desativação de empreendimentos fabris que outrora caracterizaram uma cidade “das chaminés”, utilizando-nos da expressão proposta por José Sergio Leite Lopes (1988) deixa vestígios visíveis, a maior parte sob forma de ruínas e invisíveis, caracterizando uma topografia da memória urbana recuperada pela memória de trabalhadores e moradores deste município. Tais vestígios estão na base de questionamentos que serviram de referência para o projeto de investigação que apresentamos aqui: onde

estavam localizadas estas fábricas? Como são evocadas nas memórias locais? Quais, dentre os diversos estabelecimentos fabris existentes, apresentam maior persistência na memória coletiva?

O projeto em questão, que visou mapear as fábricas e demais estabelecimentos relacionados à história industrial e operária da cidade do Rio Grande, denomina-se “Caminho fabril: patrimônio industrial da cidade do Rio Grande”² tendo sido aprovado pelo CNPq em 2020. Os principais resultados dessa investigação são aqueles relacionados a rotina de trabalho nas fábricas evocados por depoimentos obtidos de forma digital e presencial, sendo que tal rotina recuperada pela memória nos possibilitou incursionar em diferentes aspectos da configuração urbana tais como a estrutura viária, os transportes utilizados nos deslocamentos urbanos, os bairros de maior adensamento de moradias operárias, os sons e odores associados à produção, mas também as redes sociais que se estabeleciam a partir do trabalho, as atividades culturais e políticas, as modulações do tempo a partir da rotina fabril nos mais de. Dessa forma, este artigo tem por objetivo apresentar os principais resultados da respectiva investigação, dando ênfase àqueles que dizem respeito à memória dos trabalhadores e seu papel na compreensão do patrimônio industrial.

A realização desta pesquisa permitiu o mapeamento de mais de cento e vinte espaços relacionados ao passado industrial da cidade do Rio Grande. A recuperação de dados históricos e de memórias associadas aos empreendimentos fabris desativados tem como um de seus objetivos sensibilizar comunidade e poder público ao que caracteriza-se como patrimônio industrial, tipologia que, conforme aponta Simon Edelblutte (2012) decorre de um esvaziamento e perda de funcionalidade do modelo de produção industrial surgido no século XIX, movimento este que teve como marco de origem o Reino Unido, precursor na industrialização. Como afirma o autor, os restos desta atividade industrial, já obsoleta nos anos 1950, não imprimiam sentimentos identitários ou mesmo à fruição estética, o que resultou em grandes canteiros industriais cujo destino parecia ser o desaparecimento absoluto. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por demolições de edifícios industriais, tais como o mercado *Les Halles* em Paris, cujo desaparecimento gerou mobilizações entre intelectuais e moradores da cidade, o que Smith (2012) aponta como os primeiros sintomas de uma sensibilização aos remanescentes de prédios industriais e aos saberes e fazeres associados a eles.

A denominação patrimônio industrial foi formalmente instituída com o surgimento do *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*, TICCIH, que o define como vestígios da cultura industrial, materiais e

imateriais, com valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico (CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 2003). O historiador português José Amado Mendes (2018, p. 30) define patrimônio industrial como “vestígios do desenvolvimento”; na mesma direção, Miguel Álvarez-Areceres (2008, p. 6) o define como “vestígio, objeto da memória coletiva [...] emergente e pouco valorizado”. Dessa forma, a investigação aqui apresentada, reforça tais questões e buscam contribuir para a melhor compreensão do patrimônio industrial em sua magnitude e complexidade.

O projeto de pesquisa “Caminho Fabril” baseou-se numa pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, utilizando diferentes fontes históricas³. Na busca por dados dos empreendimentos industriais tais como nome e localização, data de fundação, setor produtivo, fundadores e/ou proprietários, número de operários, atividades de produção, data de encerramento das atividades, foram analisadas fontes como documentos administrativos do município de Rio Grande, periódicos locais⁴ como: *Echo do Sul*, *Diário do Rio Grande*, *Rio Grande* e *O Tempo*. Almanques industriais e comerciais, folhetos e folhetins que continham informações sobre o cenário fabril local, foram igualmente analisados. Algumas instituições como o Núcleo de Análises Urbanas da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, que conta com um significativo acervo sobre as indústrias alimentícias da cidade, sobretudo as de conserva e pescado do período de 1970-2000, e o Museu da Cidade do Rio Grande, que também possui em sua coleção fotografias, documentos e obras sobre a vida industrial da cidade, foram locais de consulta assim como o Arquivo Histórico Municipal de Rio Grande e a Junta do Comércio, Indústria e Serviços do Rio Grande do Sul, localizada na cidade de Porto Alegre.

Às fontes acima mencionadas acrescentou-se, como método investigativo, a busca pelas memórias locais, o que conferiu uma dimensão vivida e sensível aos dados obtidos nas demais fontes, corroborando o que a História Pública defende ser uma História construída “com o público” (ROVAI, 2018), em que a população tenha papel ativo e seja agente da sua própria história e narrativa.

Ao longo dos 16 meses de pesquisa, foram mapeadas 90 fábricas, 7 locais relacionados ao transporte, 21 espaços de luta operária, recreação e educação⁵, 7 moradias de operários e agentes industriais, 3 espaços portuários e 4 pontos de interesse que fazem parte de marcos históricos ou homenagem ao passado industrial da cidade entre 1873-2000. Tal mapeamento foi realizado através do *Google Maps*, com criação de um mapa virtual intitulado “Caminho fabril: patrimônio industrial da cidade do Rio

Grande” com a inclusão das fotografias e informações coletadas. O mapa, o formulário para enviar os depoimentos, informações sobre a pesquisa, trechos de depoimentos e demais informações estão disponíveis no site⁶ do projeto que recebe atualização periódica e está aberto para recepção de depoimentos de forma contínua.

Conforme explicitado anteriormente, este artigo apresentará os principais resultados da investigação, tendo como foco as histórias e memórias do trabalho e dos trabalhadores. Como um primeiro momento apresenta-se a contextualização da industrialização e a formação de um setor operário na cidade, apresentando em seguida dados referentes às vivências do trabalho industrial obtidos através dos depoimentos.

Rio Grande: cidade industrial e operária

A história da industrialização da cidade do Rio Grande guarda semelhanças com a de outras cidades brasileiras, sobretudo as que sediavam ou ficavam próximas de portos marítimos e estações ferroviárias. Estes dois elementos (porto e ferrovia) foram indispensáveis no processo de industrialização do município, pois facilitavam a importação e exportação de produtos. A posição lagunar já havia sido, desde sua fundação em 1737, quesito fundamental para instalação de fortes militares portugueses no local. No final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, Rio Grande teve grande movimentação portuária em decorrência, sobretudo, da produção de charque na vizinha cidade de Pelotas. Era através do porto de Rio Grande que se distribuía grande parte do charque pelotense, bem como por onde aportavam contingentes de escravizados usados como mão-de-obra nas charqueadas e outras atividades urbanas.

As primeiras décadas do século XIX também foram de crescimento comercial e alfandegário. Torres (2008) destaca a grande quantidade de casas de comércio e exportação existentes nesse período, com especial destaque para a construção da Alfândega (1804), com vistas ao controle do comércio marítimo, a criação da Câmara do Comércio (1844) e a implantação da linha férrea Rio Grande - Bagé (1861-1884), todos indícios do incremento comercial de Rio Grande. A cidade, nessas primeiras décadas do século XIX, apresentava já um significativo número de imigrantes de diferentes procedências e que estiveram na origem de diversos empreendimentos comerciais e industriais. Conforme Martins (2016, p. 82), “o capital comercial representou a base para o acúmulo de capital e o conseqüente desenvolvimento industrial da cidade do Rio Grande”. O grande marco da industrialização de Rio Grande começou em 1873 com a instalação da Fábrica Rheingantz, fundada pelo imigrante

Carlo Guilherme Rheingantz, juntamente com seus sócios Miguel Tito de Sá e Herman Vater, “sob o nome de Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz & Vater, em forma de sociedade comanditária (FERREIRA, 2013, p. 72). Em 1891, a empresa passou a ser Sociedade Anônima União Fabril, com o controle acionário nas mãos de Carlos Guilherme Rheingantz, seu primeiro diretor.

Ainda nesse segundo quartel do século XIX a cidade abrigou outras centenas de estabelecimentos industriais, com uma diversidade de produtos, tais como a Fábrica Leal, Santos & C. (1889) de produção alimentícia, a Fábrica de Charutos Pooch (1891), a Companhia de Tecelagem Ítalo-Brasileira (1894). Essas indústrias transformaram uma cidade portuária e comercial em uma cidade também industrial e operária. “Ao fim do dezenove, a cidade constituía-se no maior parque industrial do Rio Grande do Sul. Em algumas décadas transformou-se de centro comercial em significativo polo industrial” (BITTENCOURT, 1999; LONER, 2016; MERTZ, 1991).

Esse polo tinha como característica ser “voltado não somente para o mercado regional, mas principalmente para o mercado nacional [...] e pela produção de bens de consumo não-duráveis” (MARTINS, 2016, p. 106). Tais empreendimentos foram conferindo mudanças profundas na Rio Grande setecentista, mudanças estas que alteraram definitivamente o aspecto urbanístico e social da cidade (MARTINS, 2016; PEDROSO, 2011).

A primeira fase de industrialização de Rio Grande é caracterizada por Solismar Martins (2016) como dispersa⁷ inicia com a Rheingantz em 1873 e se encerra na década de 1960, com o início da crise industrial e o fechamento (total ou parcial) de diversas fábricas. Dentre os principais fatores que explicam o declínio industrial destacam-se a construção das malhas rodoviárias; a substituição dos trens pelos caminhões; a defasagem tecnológica e a necessidade de grandes investimentos para sua atualização; a dificuldade em concorrer com as indústrias do centro do país; e o término da Segunda Guerra Mundial e o retorno das atividades do setor nos países Europeus que haviam se configurado, nas décadas anteriores, como mercados consumidores de produtos brasileiros.

A cidade operária

No que tange a formação da classe operária⁸, Rio Grande tornou-se uma cidade com múltiplos idiomas, sotaques e culturas, e os estrangeiros compunham tanto os grupos de industriais quanto de operários. Segundo Loner (2016), por muito tempo o

imigrante foi visto como perfil de trabalhador ideal, principalmente nos primórdios da industrialização, e ocupava a maior parte dos cargos de mestres e contramestres das fábricas. Desta primeira fase, diversas empresas trouxeram mão de obra europeia para atuar em diferentes setores. No caso da fábrica têxtil Ítalo-Brasileira, no manuscrito⁹ com informações históricas e empresariais da empresa constam centenas de nomes de imigrantes italianos, vindos principalmente da cidade de Gênova, para trabalhar como operários na fábrica. Raphael Copstein (1975) salienta o número expressivo de imigrantes e industriais portugueses na cidade do Rio Grande, como é o caso das fábricas no setor alimentício Leal Santos e Cunha Amaral, e espanhóis, representadas pela Fábrica Vitória (fumo e calçados), Llopart & Matta (calçados) e Ballester (alimentícia). Os alemães estavam presentes na Fábrica Rheingantz (têxtil) na Fábrica Pooch (charutos) e Empresa Schmitt (cerveja). Imigrantes poloneses compuseram o universo operário de diversos estabelecimentos na cidade, tal como apontam Loner (2016), Copstein (1975) e Pedroso (2011).

No começo do século XX tem-se o registro de mais de seis mil trabalhadores fabris e em torno de três mil no setor de transportes, totalizando 16% da população local no período (LONER, 2016). Desse universo, uma grande parte eram mulheres cuja mão de obra era predominante no setor têxtil, além do trabalho infantil que aparece documentado em estabelecimentos como a Fábrica Rheingantz (FERREIRA, 2013) e de migrantes de outras localidades no sul do Rio Grande do Sul. Conforme Pimentel (1944) esse grupo era composto por homens, mulheres e crianças. Ainda sobre a caracterização dos operários em Rio Grande, Beatriz Loner (2016, p. 167) relembra a presença de trabalhadores negros, que compunham um “importante setor da classe operária”, com lutas e problemas que eram próprias do preconceito, da discriminação e da dificuldade em ascender socialmente.

Em 1935 Rio Grande possuía cerca de 131 fábricas de diferentes setores e aproximadamente 6.000 operários regulares (PIMENTEL, 1944). Em 1942, esse grupo era um pouco maior, totalizando 7.376 entre homens e mulheres e 1.195 menores (PIMENTEL, 1944). A partir da década de 1970, teve início a segunda fase de industrialização, direcionada para produção de bens intermediários (MARTINS, 2016), destacando-se as do setor químico, fertilizante e também um crescimento nas indústrias do setor pesqueiro – que começaram a crescer na cidade a partir da década de 1940 –, tendo seu apogeu nas décadas de 1970 e 1980. Segundo dados do IBGE de 1970¹⁰, a população ocupada na indústria no município de Rio Grande era em torno de 4,01 a 8%

da população, e em 1980 entre 25,36 a 52% da população era economicamente ativa e empregada na indústria.

Nesse período, empresas como as fábricas de processamento de pescado Pescal (fundada em 1942), Furtado (1943), Joqueira (1945), Abel Dourado (1969), dentre outras, foram significativas para o setor pesqueiro na cidade. Segundo Silva e Spolle (2014, s/p.), “no final dos anos de 1970 o setor empregava dezessete mil trabalhadores (as) numa população de cerca de 147.000 habitantes e, do total de trabalhadores empregados, aproximadamente doze mil eram temporários e mulheres”. Até a década de 1990, Rio Grande se destacou por abrigar “o maior parque industrial pesqueiro do Brasil”, correspondendo a cerca de 50% da produção nacional, sendo que aproximadamente 66% da mão-de-obra era feminina (SILVA; SPOLLE, 2014, s/ p.).

Dentro do cenário operário, também fizeram parte as diversas organizações sindicais, associações de classe e estabelecimentos culturais e agremiativos vinculados ao universo do trabalho. Benito Schmidt (1999), Loner (2016), Schmidt (1999), Xerri (1996), Bresolin (2021) e Landgraf (2022), destacam a relevância da cidade do Rio Grande no movimento operário nacional, destacando-se a imprensa operária, e a adesão de greves e outras atividades relacionadas aos direitos e experiências do trabalho.

Beatriz Loner (2016) contabilizou em sua pesquisa dezenas de associações¹¹ operárias, organizadas por operários de diferentes setores ou, em alguns casos, pelos próprios patrões. Essas associações foram em grande parte responsáveis pela elaboração de greves, passeatas, congressos, e demais ações. Destacam-se também a existência de uma imprensa operária, também vinculada a tais associações – que foi fundamental para a criação de uma identidade de classe e divulgação de notícias, ideias e interesses dos grupos – e os clubes e agremiações futebolísticas operárias. Estes últimos, pesquisados por Bresolin (2021), podem ser compreendidos como “um espaço estratégico de conflito entre as classes sociais, [...] como um recinto fundamental de sociabilidade e de compartilhamento de experiência destes trabalhadores”.

Ao abordarem o mundo do trabalho em Rio Grande, entre finais do século XIX e década de 1930, Loner (2016), Ferreira (2013), Pedroso (2011), Kuniochi e Costa (2010) e Landgraf (2022) destacam que os baixos salários, as longas jornadas de trabalho, as formas arcaicas de tratamento dispensadas pela classe patronal foram elementos que caracterizaram o mundo fabril nesse período. Já nas décadas de 1940 e 1950 percebe-se que a indústria local, em particular a do setor têxtil, aporta crescimento econômico significativo para a cidade, sobretudo em decorrência do incremento produtivo em razão do abastecimento de mercados europeus durante no segundo

conflito mundial. Tal crescimento, ainda que perdure nos primeiros anos da década de 1960, sofrerá reveses nos períodos subsequentes, resultando no colapso de alguns estabelecimentos como a própria Fábrica Rheingantz. As memórias as quais nos referimos nesse artigo estão principalmente relacionadas a esse período de um certo apogeu e crise, ressignificadas no presente com sentimentos de nostalgia e perdas, o que se pode explicar pelas sucessivas e graves crises econômicas que assolam a cidade nos tempos atuais.

Mapeando histórias e patrimônios industriais

A criação de um mapa virtual no projeto “ Caminho Fabril” teve por intuito tornar visível os locais que fizeram parte da industrialização da cidade do Rio Grande, incluindo-se os estabelecimentos fabris e outros espaços diretamente relacionados ao passado industrial local. Desde o início da primeira fase da desindustrialização rio-grandina na década de 1960, muitas plantas fabris foram sendo progressivamente desativadas e a elas foram conferidas outras funcionalidades como comércios, a exemplo de alguns supermercados locais. Dessa forma, sem nenhum tipo de referência à sua ocupação original, o passado industrial foi sendo apagado e silenciado frente ao ritmo e função dos novos ocupantes. À invisibilidade com que foram revestidas muitas plantas fabris no espaço público, soma-se a invisibilidade decorrente da ausência, causada por perdas, descartes ou mesmo deterioração de registros documentais produzidos por tais estabelecimentos, o que resulta em um processo de apagamento desse passado industrial.

O recorte temporal escolhido para este mapeamento vai de 1873 a 2000 e para tanto tomou-se como referência as fases da industrialização rio-grandina elaboradas por Martins (2016). É importante ressaltar que os cento e trinta e dois pontos mapeados não necessariamente foram contemporâneos, logo podem fazer parte de diferentes períodos industriais. Por outro lado, de maneiras distintas, todos eles compuseram o cenário fabril rio-grandino e contribuíram para a formação de uma cidade industrial e operária.

Figura 1 — Mapa virtual “Caminho fabril: patrimônio industrial da cidade do Rio Grande” (Screenshot).



Fonte: Projeto Caminho Fabril: patrimônio industrial da cidade do Rio Grande

Na Figura 1, as fábricas estão identificadas por ícones na cor marrom, e os demais pontos indicam moradias (verde); transporte (rosa); espaços de luta, recreação e educação (cinza, laranja e vermelho); portuário (azul); e outros pontos de interesse (roxo e lilás). Todos esses pontos são aqui compreendidos como vestígios da vida industrial (MUEHLEBACH, 2017). Como mapa interativo, ao clicar em cada um dos ícones é possível obter as principais¹² informações do local (nome, histórico, fotografia etc.).

Analisando a Figura 1, é possível identificar três grandes nichos/zonas industriais que envolvem os principais estabelecimentos locais: a primeira nos bairros Parque, Coelho e Centro (parte inferior do mapa); uma segunda no bairro Cidade Nova (parte superior da imagem); e uma terceira localizada nas proximidades dos Bairros Getúlio Vargas e Vila Militar (mais à direita da imagem). Esse aglomerado industrial está em conformidade com o que aponta Martins (2016) ao analisar o impacto da industrialização na construção e transformações urbanas locais.

A primeira e a segunda região estão localizadas ao oeste da zona urbana, área chamada “para além das trincheiras” (MARTINS, 2016), denominação que faz referência à antiga vala divisória da cidade, construída com função de defesa ainda no século XVIII. Nessa região encontra-se a Fábrica Rheingantz, que “representou uma das primeiras estruturas de expansão urbana ‘extramuros’ [...] consolidou tal ampliação e atraiu uma grande leva de mão-de-obra de baixa remuneração em sua maioria, [...] formando o bairro Cidade Nova” (MARTINS, 2016, p. 116).

Percebe-se, portanto, como a instalação dessas fábricas alterou profundamente o espaço urbano, criando novos bairros e formas de habitar a cidade. Se a Rheingantz acabou contribuindo para a origem do Bairro Cidade Nova, este último, por sua vez, também abrigou diversas fábricas na sua região (nomeada aqui como segunda região), tal como aponta Pedroso, destacando nesse sentido os estabelecimentos:

[...] Fábrica Triunfo de sabão e conservas, Fábrica Cunha Amaral de conservas, Frigorífico Anselmi de frios e derivados, a fábrica de cordas de Luiz Lorea, todas essas localizadas dentro dos limites do bairro. Já nas proximidades citamos a fábrica de tecidos de lã Rheingantz, a Cia de fiação e tecelagem (Fábrica Nova), a fábrica de pescados e conservas Eduardo Ballester, a fábrica de charutos Poock, Viação Férrea do Rio Grande, e Leal Santos S.A de pescados conservas e biscoitos (PEDROSO, 2011, p. 8).

O bairro Cidade Nova esteve, em sua origem, vinculado às várias atividades e empreendimentos fabris situados nessa região considerada emergente no cenário urbano do começo do século XX. Em uma de suas principais artérias, denominada Avenida Portugal, localizaram-se o Frigorífico Anselmi e as fábricas de pescado e conserva Cunha Amaral, Figueiredo, Furtado, dentre outras. De acordo com os depoimentos coletados, uma das lembranças mais marcantes dessa região era o significativo número de trabalhadores que ali transitavam com os seus macacões brancos, uniformes tradicionais das fábricas de pescado, o forte cheiro de peixe e a presença de bandeiras vermelhas em frente às fábricas que sinalizavam a presença de vagas para trabalhadores em caráter de diaristas (também chamados de tarefeiros).

Já na terceira região, situada nas imediações dos bairros Getúlio Vargas e Vila Militar, estão localizadas diversas fábricas de pescado (Pescal, Ballester, Torquato Pontes) e a Companhia Swift. Esta última, fundada em 1917, iniciou suas atividades em 1918 e foi também de grande relevância para o setor industrial e econômico da cidade, abrigando cerca de 2.000 operários em uma grande estrutura fabril. Conforme aponta Martins (2016), muitos migrantes vieram para Rio Grande atraídos pela oportunidade de emprego na Companhia, e acabaram instalando-se em moradias improvisadas nos arredores do frigorífico. Esse conglomerado de residências precárias deu origem ao bairro Getúlio Vargas, popularmente conhecido como Cedro, em referência às árvores que existiam ali e que foram sendo eliminadas no decorrer da urbanização acelerada e desordenada que caracterizou as regiões periféricas da cidade. O bairro Getúlio Vargas, assim como o Cidade Nova, foram importantes espaços de moradia operária na cidade e suas vias e traçados são recuperadas pelas narrativas memoriais como parte de uma história individual e coletiva cujos registros ainda são escassos.

A análise da localização dessas fábricas, e de outros estabelecimentos relacionados à vida fabril, permitiu identificar o impacto que as mesmas tiveram na cidade e nos bairros em que estavam localizados, corroborando a tese de Solismar Martins (2016) sobre a forte relação entre as fases industriais e os processos de urbanização e crescimento local. A quantidade de estabelecimentos industriais identificados em Rio Grande justifica as alcunhas de “cidade das chaminés” e “cidade vermelha” pelas quais a cidade ficou conhecida no decorrer do século XX (TORRES, 2008; 2009).

Há, portanto, um entrelaçamento profundo entre a rotina fabril e a vida urbana rio-grandina, o que envolve, de alguma forma, todos os moradores da cidade, ainda que estes não trabalhassem nas fábricas ou demais estabelecimentos industriais. Dessa forma, é possível obter fragmentos memoriais sobre o passado fabril a partir de diferentes perspectivas, tanto por quem atuou como trabalhador como por testemunhas oculares desta rotina.

Memórias do trabalho: rotinas, dores e saudades

Cada lugar mapeado neste projeto guarda memórias e esquecimentos que compõem o patrimônio industrial intangível rio-grandino. Essas recordações, sentimentos, vínculos afetivos e identitários justificam a compreensão de tais vestígios como patrimônio, dentro das perspectivas atuais a respeito deste conceito, pois “o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam um e outro como vetores de identidade” (HARTOG, 2006, p. 268). Como “portador de tempos e de vivências” (FERREIRA, 2008, p. 79), o patrimônio industrial, acumula assim diferentes olhares e formas de recordar os ritmos, sonoridades, estímulos olfativos e visuais que caracterizam a cidade e seu passado industrial.

Os vários depoimentos sobre o passado industrial da cidade do Rio Grande. Através de um formulário¹³ aberto ao público, a comunidade foi convidada a compartilhar experiências, suas ou de terceiros. Alguns destes depoimentos¹⁴, fornecidos de forma espontânea, são explorados neste artigo, fornecem informações únicas a respeito da rotina fabril, da dinâmica da cidade e do significado que o trabalho possuía em suas vidas.

O conceito de patrimônio industrial, tal como formulado pelo TICCIH, compreende vestígios e elementos materiais e imateriais tais como os saberes de natureza técnica que permitem o desenvolvimento de equipamentos, por exemplo, e

cujo conhecimento e registro tornam-se importantes vetores para a história das técnicas e seus desdobramentos. No cotidiano fabril, o conjunto conhecimentos e experiências adquiridas torna-se elemento distintivo, o que aparece nos depoimentos de antigos trabalhadores como no caso do Frigorífico Anselmi onde “para ser capataz o teste era saber qual o tipo de carne era somente em olhar o pedaço, que era cortado em cubos. Só de olhar tinha que saber qual parte (corte) era aquele”¹⁵. No setor pesqueiro o cenário era semelhante, como relembra Noeci em seu trabalho na fábrica Leal Santos:

[...] comecei meio perdida. Lembro que me colocaram para levar peixe na esteira dos tarefeiros, onde fiquei por poucas horas. Num determinado momento chegou um chefão, se não me engano com nome Moacir, pegou um peixe e me perguntou que peixe era aquele e eu respondi. Então, ele me falou: vem para cá, você vai ficar pesando. No dia seguinte ele me colocou na mesa onde tinha muitas fichas e eu tinha que, pela manhã, anotar os peixes que as tarefeiras faziam durante o dia. Na realidade eram 36 tarefeiros, e, no final do dia, eu tinha que prestar conta do trabalho delas, algo que eu fazia com muita precisão para não prejudicá-las ¹⁶.

A identificação do tipo de carne, ou espécie de peixe, era algo essencial neste setor industrial. Segundo Kuniochi e Costa (2010), a necessidade do rápido reconhecimento do peixe se dava, sobretudo, quando a pesca era realizada na modalidade de parrelhas de arrasto, que podiam chegar até 100 toneladas de peixe de toda a qualidade e tamanho. Assim, quanto mais ágil era feita a identificação e seleção, mais cedo o descarregamento e o serviço eram finalizados. O conhecimento prévio, ou obtido durante o trabalho, tornava-se elemento de definição dos setores e funções que os trabalhadores desempenhariam. Na visão de Jessé Souza (2018), a exploração do conhecimento dos trabalhadores, para além da energia muscular, é uma característica do capitalismo industrial e está presente nas relações de trabalho fabril. Essas habilidades definiam, juntamente com outros fatores, a velocidade e a qualidade da produção fabril.

Tal como aponta, alguns relatos, o desconhecimento sobre o processo e rotina era comum aos recém ingressantes, impondo assim alguns desafios. No depoimento da antiga operária da Fábrica Junção Pescados observa-se essa tensão do ingresso no espaço fabril, destacando que,

[...] minha primeira experiência, onde me deram todo auxílio. Comecei com tarefa, onde eu tinha que produzir para ganhar. Era tudo muito higiênico, tínhamos que trabalhar de branco, lavar bem as botas, lavar bem as mãos para depois entrar onde trabalhávamos. Abríamos o siri e tirávamos a carne em 4 tipos, depois era selecionado por outras pessoas que eram efetivas, onde tive o prazer de fazer parte depois de um tempo. Virei balanceira e pesava as latinhas daquela carne de siri, que já tinha sido selecionada. Foi um aprendizado muito bom e interessante e lembro com muito carinho dessa empresa¹⁷.

Divididas por setores, as indústrias de pescado rio-grandinas detinham um número significativo de tarefeiras, que tinham um rendimento obtido por produção diária. O grande número de tarefeiras e tarefeiros era uma característica das fábricas de pescado, sobretudo em períodos de safra em que a demanda de trabalho aumentava. Esse trabalho se configura “pela descontinuidade da atividade, o que possibilita um não comprometimento entre a trabalhadora e o empregador” (SILVA; SPOLLE, 2014, s/p.), cargo ocupado, em grande parte, por mulheres que, mesmo com a ausência de vínculo empregatício, trabalharam por muitos anos na mesma fábrica.

O cumprimento de uma jornada de trabalho era, muitas vezes, acompanhado por familiares que dividiam espaço nos mesmos setores, ou em outros. Diversos depoentes contam que chegaram até às fábricas através de seus pais ou outros parentes próximos. Assim, o trabalho fabril era muitas vezes caracterizado pela extensão dos laços familiares que ali se encontravam, tal como conta Edison:

Minha avó paterna Maria Altina Baldez Avila era fileteira de peixes, meu pai Antônio Baldez Avila era descabeçador de bagres e esporões, utilizava uma machadinha e minha mãe Maria da Paz Terroso Avila descascava camarões. Lembro bem que minha mãe fazia cerca de 20 caixas por dia (20kg cada caixa), todos na antiga fábrica de pescados Ballester, situada ao lado da Pescal. Minha avó se aposentou pelo Ballester Pescados, minha mãe e meu pai trabalharam por muitos anos. Lembro bem que eu tinha cerca de 6 a 7 anos e levava marmitas para meus pais almoçarem, pois nós morávamos ao lado da Refinaria Ypiranga (Vila Assunção) e minha saudosa avó, no dia de pagamento, trazia para seus netos (eu e minha irmã) doces como queijadinha e outros, que eram vendidos por ambulantes na porta da empresa!! Bons tempos, belas recordações de um tempo feliz, que não volta mais!!¹⁸

Com grande demanda de produção, sobretudo nos períodos de safra, as fábricas alimentícias acomodavam centenas de pessoas, de diferentes idades. Dos mais idosos aos jovens, esse período fabril – em grande parte representado pela segunda fase industrial – é lembrado pela oferta de emprego.

Eu, Zenia, comecei a trabalhar na Leal Santos com 13 anos, estudava pela manhã. Saía da escola às 11h, na época minha escola tinha 3 turnos, levava o almoço para mãe e ficava esperando por ela até a tardinha. A safra do camarão era abundante e as fábricas colocavam bandeira vermelha no portão, o que significava muito trabalho. Comecei trabalhando junto com a mãe descascando camarão no mesmo brete. Foram muitos anos nessa indústria, fui trabalhadora avulsa, horista, e fui fazer café e limpeza no escritório. Com o incentivo do diretor geral voltei a estudar e trabalhar no escritório. Trabalhei lá até outubro de 1980. Tenho imensa gratidão, por todos!¹⁹

Os depoimentos acima possuem narrativas semelhantes, pois destacam a presença de familiares na mesma fábrica, bem como a frequência precoce aos estabelecimentos e auxílio na organização familiar, através do costume de levar as marmitas de almoço para os pais. Essa realidade demonstra o quanto o envolvimento no

mundo do trabalho não é restrito apenas aos seus trabalhadores, mas inclui aqueles que acompanham seu cotidiano e tornam-se participantes dessa experiência. A bandeira vermelha, descrita por Zenia, tornou-se um símbolo desse período industrial rio-grandino, nomeadamente das fábricas de conserva e pescado, localizadas na segunda e terceira região do mapeamento. Ao longo da Avenida Portugal, as chaminés das grandes construções fabris e as bandeiras vermelhas nas fachadas constituíram uma paisagem visual reproduzida pela memória como o símbolo de um tempo em que a vida era modulada pelo trabalho.

Tempos bons e difíceis: a dualidade da memória do trabalho

A importância do trabalho em nossa sociedade, com base nos valores capitalistas, vem sendo construída desde o final do século XVIII, ganhando mais força e abrangência a partir da segunda metade do século XIX (SOUZA, 2018). O trabalho enquanto um “elemento ordenador da sociedade” (CHALHOUB, 2012, p. 70) faz com que o sujeito que trabalhe seja visto de forma digna, pois carrega valores morais e de respeitabilidade. Conforme argumenta Souza (2018, p. 77), no mundo moderno, o trabalho deixa de ser algo exclusivo dos grupos menos favorecidos, como os escravizados ou servos, para se tornar algo sagrado, “fonte principal de toda honra, prestígio e respeito social”. Ainda que existam diferenças de valor sobre o tipo de trabalho exercido, este, em oposição ao ócio, se configura como uma maneira honesta de “estar no mundo” e fazer parte do ciclo econômico capitalista.

Tais questões ficam mais evidentes ao percebermos, nos depoimentos recolhidos, a maneira como o trabalho é rememorado e narrado: “Era encantador ver o movimento dos operários felizes a trabalhar e ter sempre o seu ‘ganha pão’ honestamente!”²⁰, como afirma Shirlei sobre o período em que trabalhou na Inca Têxtil Industrial, empresa que sucedeu a Fábrica Rheingantz após decretada falência:

Fui funcionária no período de jan/1978 à dez/1979 e, por ter sido meu primeiro emprego, agradeço a oportunidade de ter obtido conhecimento para que eu continuasse minha trajetória de trabalho. Gostaria de salientar que as lembranças que tenho dessa conceituada empresa, que na época operava com muitos funcionários, incluindo minha falecida mãe que também trabalhou de 1948 a 1977. Ainda lembro que no verão de 1978, quando lá eu trabalhava, adorava ver as mulheres mais velhas com sombrinhas, para protegerem-se do calor ao sair da fábrica, apressadas com o curto período para o almoço. Era um colorido típico de saída de fábrica, com mulheres batalhadoras cumprindo uma jornada de trabalho duro e estafante, mulheres guerreiras que ajudavam no sustento da família²¹.

A forma como Shirlei lembra e caracteriza as operárias, que observava durante as saídas da fábrica, demonstra o quanto a realidade do emprego era valorizada. As dificuldades, violências, dores, longas jornadas de trabalho, e até casos de assédio, eram, em muitos casos, minimizadas e superadas frente à valorização do trabalho e os benefícios de estar empregada. No exercício da memória, que deve ser concebida enquanto “uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstrução fiel do mesmo” (CANDAUI, 2012), as alegrias e conquistas acabam sombreando os momentos mais desafiadores, tal como identificou Ferreira (2013).

Assim, as memórias do trabalho se revelam complexas pois podem ser ao mesmo tempo evocadoras da construção e cadenciamento da própria vida, bem como do esforço e sofrimento que o trabalho impunha, conflitos que aparecem na fala de Eliana ao lembrar sobre o período em que trabalhou na Pescal: “Foram anos de trabalho árduo, mas compensador. Mal tinha tempo de usufruir do dinheiro, pois trabalhávamos às vezes dia e noite. Mas, fiz muita amizade e conheci o pai da minha filha”²².

O estabelecimento de laços de amizade ou mesmo matrimoniais são constantemente evocados nas memórias do trabalho fabril. A esse respeito, Márcio Vieira (2014, p. 47) destaca que “a proximidade das pessoas na fábrica era grande, sempre se encontrando nos intervalos, muitas operárias se casaram com operários”, e que essa realidade também assegurava, de alguma forma, o sustento daquela família. Vínculos de amizade também fazem parte desse período, o que muitas vezes é referenciado por ex-trabalhadores como uma “grande família” (FERREIRA, 2013).

A presença feminina nos estabelecimentos fabris era constante, em particular nas fábricas têxteis e em outros setores onde predominavam atividades manuais mais detalhistas tais como a produção de tapetes na Fábrica Rheingantz e cuja aptidão era atribuída às mulheres (RAGO, 2012). Observa-se que, nos períodos que foram abrangidos pela pesquisa, a ascensão de mulheres aos cargos de maior relevância dentro da empresa era extremamente rara. Entretanto, apesar do enfrentamento “de longas jornadas de trabalho, os baixos salários, os maus-tratos de patrões e, sobretudo, o contínuo assédio sexual” (idem, p. 578), a experiência em poder contribuir financeiramente para o sustento da família é constantemente evocada como um sinal de resistência e orgulho pessoal, tal como aparece no relato de Monica ao dizer que,

Ali [Fábrica Junção Pescados] fiquei por alguns anos, e trabalhei desde o corte até o encaixotamento. Lembranças boas, onde muito me sustentei, pagava aluguel, fazia feira, mercado e ainda pagava creche para minha filha. Onde me sustentei e tenho orgulho de ter passado por essa experiência²³.

Cabe também salientar que, diferentemente de outros operários que tinham mais prestígio, os que atuavam nas fábricas de pescado sofriam uma série de preconceitos perante a sociedade rio-grandina, como destaca Ticiano Pedroso (2011). Ao entrevistar moradores do Bairro Cidade Nova que trabalhavam neste setor, registrou o seguinte depoimento:

A gente saía da fábrica, tomava banho se lavava, e pegava o ônibus para ir embora para casa, mas o cheiro do peixe ainda ficava e as pessoas ficavam olhando pra gente e torcendo o nariz, tinha muito preconceito, principalmente com as mulheres, porque elas tinham fama de serem mulheres fáceis, mulheres da noite, que iam para o peixe para aumentar a renda ou tentar arrumar um chefe para mudar de setor na empresa, diziam que peixeiro era isso, peixeiro era aquilo (PEDROSO, 2011, p. 9).

Assim, o sentimento de orgulho do trabalho como “peixeira” pode ser também compreendido como um enfrentamento perante o preconceito e discriminação sofrido ao longo dos anos. Os acidentes também fizeram parte da rotina fabril e estavam presentes em todos os setores e estabelecimentos. Eles podiam acontecer em razão do mau funcionamento, inépcia ou falta de treinamento dos operadores, do manuseio da matéria-prima (os ferimentos causados por facas ou similares utilizados no processamento do pescado) ou por condições insalubres e instáveis dos locais onde se realizavam as atividades. Nesse sentido a narrativa de Jeanice confere visibilidade aos inúmeros acidentes de trabalho que marcavam a rotina de estabelecimentos como o Frigorífico Swift no qual sua avó “[...] aos 17 anos, sofreu um acidente com latas e cortou as palmas das duas mãos, tendo que passar por cirurgias para religar tendões. Tinha cicatrizes e não fechava completamente as mãos”²⁴.

Este lado mais obscuro do trabalho fabril, que muitas vezes é suprimido no exercício de rememoração dos trabalhadores, faz-se presente nas narrativas das pessoas que assistiam a rotina de uma cidade fabril, como testemunhas oculares dos operários. Além de Jeanice e sua avó, outra depoente narra que, por ser vizinha de diversas pessoas que trabalhavam nas fábricas de pescado, assistiu a inúmeros casos de acidentes:

As doenças e as mutilações pelo local insalubre que trabalhavam também ficaram na minha lembrança. Dedos decepados por facas ou caixas de pescados que caíam nas mãos dos e das trabalhadoras, muitos diziam que, às vezes, estavam com os membros tão gelados e nem sentiam a dor do acidente. Na época, quando ficavam doentes ou mutilados, ficavam no “seguro”, que seria um tempo em casa sendo remunerado e às vezes ganhavam um bônus. Assim eram levantadas hipóteses de que alguns faziam o acidente acontecer. A tristeza dos jovens que, muitas vezes, aos 15 anos já iam para a fábrica era marcante. Eles também não podiam “errar”, pois o “capataz” poderia punir o adulto que era responsável pelo jovem. Mas alguns

gostavam e eram muito orgulhosos de trabalharem no local, sustentar a família e tal... esse é o meu olhar²⁵.

Ainda no que se refere às fábricas de processamento de pescado e de carnes, o fator climático se apresenta como um estímulo memorial forte em razão da longa exposição a baixas temperaturas, necessária para o acondicionamento da matéria prima. Conforme expõem Kuniuchi e Costa (2011) e Silva e Spolle (2014), muitas empresas não forneciam uniforme e proteção adequada aos trabalhadores, sobretudo na modalidade de tarefeiros, ocupação considerada de menor relevância posto que sazonal.

Percebemos, portanto, que não há um único trajeto possível a ser trilhado no caminho da memória do trabalho e do patrimônio industrial. No trabalho da memória, as lembranças podem iluminar ou ofuscar certos fatores, evidenciando a contínua atualização da memória e as particularidades narrativas (FERREIRA, 2013). Em alguns casos encontramos, nos mesmos depoimentos, cenários de longa jornada de trabalho e de dificuldades financeiras, acompanhadas por expressões como “tempo bom que não volta mais”, “tenho saudades e boas recordações”, ou “era compensador”.

Essa combinação de sentimentos e emoções pode afetar a forma como os sujeitos se relacionam com os vestígios materiais do período industrial. Nesse sentido, o trabalho de identificação e preservação do patrimônio industrial lida, direta e indiretamente, com tais complexidades e dualidades memoriais e identitárias. A existência do luto, por perder o tempo do trabalho que não volta mais, ou a boa relação com o passado e o presente, são fatores que influenciam tanto na narrativa quanto nas políticas patrimoniais (FERREIRA, 2013). Assim, os patrimônios industriais são, simultaneamente, espaços de dor e de saudade, de desenvolvimento e de violências.

Para além da fábrica

Esse arcabouço intangível que envolve o patrimônio industrial não se limita aos muros da fábrica, mas extrapola-os, incluindo outros locais e vivências que estão cruzados com a vida fabril. Nesse sentido Ricardo Pimenta (2012) entende por fábrica “todo seu espaço de ação, ou seja, lugares de trabalho, de família, de festividades, de conflito, de vida privada e coletiva; um ‘lugar de vida operária’” (PIMENTA, 2012, p. 80). Essa visão vai ao encontro da percepção de que, ao falarmos de patrimônio industrial, é preciso considerar o território como um todo, alinhando as demais estruturas e vivências ao funcionamento e rotina fabril. Miguel Ángel Álvarez-Areces (2008) corrobora tal pensamento na medida em que defende o patrimônio industrial

dentro do seu contexto, envolvendo tanto o território quanto sua faceta imaterial, sem desconsiderar, também, os objetos e demais infraestruturas a ele relacionadas. Ou seja, quando falamos de patrimônio industrial, falamos de um universo material e imaterial que não envolve apenas os sujeitos diretamente relacionados, mas também os indiretos.

Os depoimentos anteriormente citados, como os de Jeanice sobre sua avó, reforçam tal perspectiva e demonstram que uma cidade fabril possui um ritmo próprio que, de alguma forma, envolve a todos que nela habitam. Filhos, amigos, netos, vizinhos tornam-se também participantes ativos dessa rotina e possuem suas próprias lembranças e contribuições sobre esse passado. Além disso, as memórias sobre o trabalho também auxiliam na construção de paisagens visuais e sonoras sobre a rotina da cidade, percepções sensíveis que se constituem como elementos memoriais marcantes e fornecem informações sobre como era viver em Rio Grande nesse período. É o caso do depoimento de Marli, ao lembrar sobre sua tia Geny, operária da fábrica Rheingantz nas décadas de 1950/1960:

Minha tia Geny Ávila Medeiros trabalhou na fábrica de tecidos Rheingantz em meados da década de 50/60. Exercia função nos teares. Muitos dos trabalhadores usavam bicicletas como meio de transporte. Era muito bonito ver a saída das trabalhadoras e trabalhadores. A Avenida Presidente Vargas era inundada por um mar de bicicletas ao final da tarde. As moças não usavam calças compridas. E, para que suas saias rodadas não se enrolassem nos raios das suas *bikes*, uma pequena rede era colocada nas laterais da roda traseira, que protegia suas roupas do movimento das rodas. Minha tia usava sua bicicleta verde-claro Monark, impecável²⁶.

As mulheres de saias e suas bicicletas protegidas, na saída da Rheingantz, que habitam a memória de Marli, são lembradas pela depoente Shirlei de outra forma, ao dizer: “adorava ver as mulheres mais velhas com sombrinhas, para protegerem-se do calor ao sair da fábrica, apressadas com o curto período para o almoço. Era um colorido típico de saída de fábrica”. A saída das fábricas era um momento marcante e aguardado numa cidade fabril (PERROT, 2017). A vida era ditada pelos apitos da fábrica que, em pouco tempo, enchiam as ruas em direção às suas casas ou para as fábricas. Esse momento marcou a memória das pessoas que presenciavam tal cena: “lembro de saírem muito cedo e voltarem muito tarde, as roupas brancas e o cheiro de peixe das mesmas eram características que não esqueço”.²⁷

Esse funcionamento sincronizado, como uma máquina e suas engrenagens que funcionam num mesmo ritmo e movimento, fez com que Andrea Muehlebach (2017) caracterizasse a comuna industrial italiana de Sesto Giovanni como um grande maquinário. Lá, assim como em Rio Grande, centenas de famílias cadenciavam o ritmo de suas vidas de acordo com a rotina fabril. Apitos de chaminés anunciavam os horários

de sair para trabalhar na fábrica, ou mesmo aqueles que iam para a escola ou ficavam em casa. Momentos de espera e de contemplação do movimento operário nas portas das fábricas, cheiros e sons anunciavam a ordem e a vida de uma cidade fabril e operária. Esses recortes da vida cotidiana são descritos não só em alguns depoimentos recolhidos através do formulário como na constante interação da comunidade local nas redes sociais do projeto. Centenas de comentários rememoram experiências sensoriais de Rio Grande na época em que era a “cidade das chaminés”.

Analisando essas questões, Muehlebach (2017) disserta sobre a profundidade das marcas deixadas pela rotina industrial nos corpos, memórias, identidades e narrativas da população. Para ela, o compartilhamento dessas experiências criou, em Santo Giovanni, ideais em comum e um sentimento de solidariedade, que contrasta com a sua desfragmentação após o período de desindustrialização e fechamento das fábricas. Em Rio Grande, é possível dizer que nossa investigação demonstra as permanências e heranças das diversas fases industriais, e o quanto esse passado fabril conecta as pessoas na cidade. Há sempre um familiar, um amigo ou vizinho que trabalhou em uma fábrica, ou em algum outro segmento da industrialização. E, mesmo aqueles que não trabalhavam, eram testemunhas do movimento da cidade, do barulho das chaminés ou do cheiro de peixe.

Analisando os percursos: reflexões sobre os depoimentos rio-grandinos

Os depoimentos coletados, através do formulário, auxiliam no preenchimento de lacunas e na montagem de um cenário fabril rio-grandino, em sua complexidade e fragmentação. Uma análise mais ampla sobre os depoimentos recolhidos através do formulário possibilita interpretações importantes sobre a industrialização da cidade do Rio Grande e suas memórias. Das sessenta e duas memórias coletadas, 91,5% tratam especificamente sobre as fábricas, frente a outros estabelecimentos ligados ao passado fabril e mapeados no projeto. Além disso, a maior parte dos depoimentos (51,6%) foram realizados por familiares de trabalhadores. Esse resultado reforça o que aponta Muehlebach (2017) ao defender que as cidades industriais funcionam como um organismo vivo, onde todos os sujeitos envolvidos são afetados pela rotina de trabalho fabril.

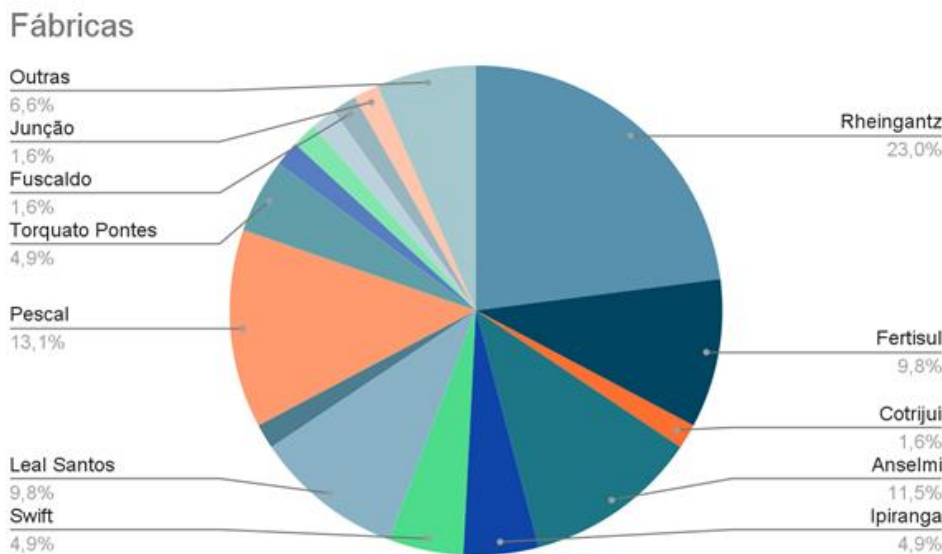
Tal como já foi apresentado em Nery (2021, p. 38), “as narrativas de terceiros indicam o importante caráter de compartilhamento e socialização das memórias e experiências laborais”. Ainda que não sejam suas próprias experiências compartilhadas,

seus depoimentos acrescentam outras informações e perspectivas que contribuem no entendimento sobre o patrimônio industrial aqui estudado. Essas narrativas se aproximam daquilo que Pollak (1992, p. 2) nomeia como acontecimentos “vividos por tabela, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”. Ainda que elas consigam diferenciar suas histórias das dos seus familiares, tornam-se também participantes e mediadoras dessas memórias. Entretanto, tal como indica Halbwachs (2004), a evocação memorial de uma cena vivenciada no âmbito familiar carrega elementos anteriores e posteriores ao evento. De acordo com Halbwachs (2004), esse exercício resulta em uma nova composição sobre um aspecto da vida familiar, e é entrelaçada por valores morais e simbólicos. O poder da memória familiar é reforçado pelo autor ao defender que “a família tem uma memória própria do mesmo nível que outros tipos de comunidades” (HALBWACHS, 2004, p. 186)²⁸.

O desejo de compartilhar as histórias de seus pais, avós, tios, irmãos e amigos também pode evidenciar o caráter de dever de memória do patrimônio industrial (FERREIRA, 2009). Segundo Paul Ricoeur (2007), o dever de memória se encontra no desejo de justiça, na vontade de memória frente ao esquecimento ou ao luto. Ou seja, ao contarem e nomearem histórias de terceiros, agem na contramão de seu esquecimento e apagamento. Para Candau (2012, p. 68), “todo dever de memória passa em primeiro lugar pela restituição de nomes próprios”. Assim, os nomes aqui apresentados tiram tais personagens do esquecimento, possivelmente conferindo visibilidade na paisagem industrial local.

Além disso, ao analisarmos a recorrência dos estabelecimentos industriais citados, percebemos que a fábrica com maior número de depoimentos no formulário é a Fábrica Rheingantz, indústria têxtil pioneira da industrialização da cidade e de grande apelo memorial, histórico e identitário na cidade. E o período mais rememorado pelos depoentes equivale ao período de 1970 (46,4%). Esse período condiz com o final da primeira fase industrial e início da segunda, momento do apogeu das indústrias pesqueiras e alterações urbanas na cidade (MARTINS, 2016). Tal ênfase justifica o fato de que, além da Rheingantz, os estabelecimentos industriais mais referenciados fazem parte do setor pesqueiro/alimentício e fertilizante. No gráfico a seguir (Figura 2), é possível visualizar quais são as fábricas mencionadas de acordo com a quantidade de vezes em que são mencionadas:

Figura 2 — Gráfico - Fábricas mencionadas nos depoimentos do Formulário:



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

Alguns depoimentos trazem mais de uma fábrica em suas lembranças e estes apontam para uma realidade comum à época que era o revezamento de locais de trabalho. Esse trânsito pode ser interpretado pelo número de depoentes tarefeiros, o que permitia a atuação em diversas fábricas simultaneamente, ou por trabalharem em outras fábricas após o término do contrato. Tal análise se mostra coerente quando analisamos os depoimentos divididos por setores. O resultado aponta para a predominância do setor pesqueiro (48,8%), seguido do setor têxtil (22%). A predominância do pescado pode ser interpretada por ser um setor de grande relevância para um núcleo urbano que localiza-se às margens do estuário conectando a Lagoa dos Patos com o oceano Atlântico e cuja tradição pesqueira remonta aos primórdios da constituição da cidade, visto que o período mais mencionado condiz com o auge do setor pesqueiro e algumas empresas de implantação mais recente e ainda em funcionamento na cidade até inícios dos anos 2000.

A maioria dos depoentes são mulheres (51,6%) com idades entre 60 e 70 anos (36,7%). Esse dado pode ser interpretado dentro do que propõe Maurice Halbwachs (2004) e Michelle Perrot (1989) sobre o papel desempenhado pelas mulheres na transmissão memorial familiar. Cabe a elas a responsabilidade, em muitos casos, de serem guardiãs da memória e transmitir as histórias familiares através da oralidade, bem como da materialidade (fotografias, objetos, etc.). Ademais, o número significativo de depoentes idosos reforça o interesse que estes possuem sobre o passado. Conforme salienta Halbwachs (2004) tal característica pode ser associada ao acúmulo de

experiências, a disponibilidade de tempo livre para compartilhar memórias e a busca por um “refúgio” no passado. Na mesma direção, Bosi (1994, p. 18) defende que “a função social do velho é lembrar e aconselhar”, e que ao narrar sobre suas experiências e lembranças reforçam sua identidade em um exercício memorial de reconstruções do passado (HALBWACHS, 2004; CANDAU, 2012).

Como um elemento importante na vida individual e social, o trabalho e suas experiências são marcantes e ocupam um espaço significativo das lembranças do trabalhador, indicando uma “fusão do trabalho com a própria substância da vida” (BOSI, 1994, p. 475). Ferreira (2009, 2013) e Bosi (1994) dissertam a esse respeito demonstrando a força e a ressonâncias das memórias do trabalho nos corpos, gestos e identidades dos antigos operários. Com o avançar da idade, e afastados do trabalho, eles evocam o período do labor evidenciando suas contribuições para a sociedade e para a fábrica em que trabalhavam. Os distanciamentos temporal e espacial carregam as lembranças do trabalho de uma série de fatores relacionados a vida individual e coletiva, as cobranças e julgamentos sociais. Desconectados desses ambientes fabris e de suas funções e ofícios, é que muitos idosos podem sentir-se desencaixados da sociedade e do tempo presente (VIEIRA, 2004), resultando, assim, numa possível visão nostálgica, saudosa e romântica sobre esse período.

Reflexões finais

Ítalo Calvino em sua célebre obra “Cidades Invisíveis” nos diz que uma cidade é feita das relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do passado. Para o autor, a cidade nos contém em cada rua, janela, escada, corrimão e pedra. Em outra perspectiva, Maria Matos (2002) entende que as cidades podem ser lidas e interpretadas como documentos e que, no emaranhado de tempos, espaços e memórias, existem e persistem identidades e narrativas que servem como enigmas urbanos. Foi nessa perspectiva que a pesquisa aqui apresentada, buscou recuperar parte do passado industrial da cidade do Rio Grande através dos seus espaços e vestígios materiais e imateriais.

A análise desse passado permite compreender a cidade no presente e suas complexas relações memoriais, identitárias e patrimoniais, sobretudo com seu patrimônio industrial, que revela uma densa rede composta por edificações, por ruínas e restos de estabelecimentos fabris, por chaminés que permanecem como evidências

únicas de suas origens, por traçados urbanos que foram se constituindo no constante movimento humano gerado pelas fábricas locais.

A sociedade rio-grandina vivenciou diferentes fases industriais, testemunhou períodos áureos e de grande declínio econômico e cultural. Essas experiências marcaram a vida de milhares de rio-grandinos e rio-grandinas. A memória do trabalho não é linear e pode apresentar aspectos positivos ou negativos, a depender do tempo presente e de outros fatores internos e externos. Essa dualidade, demonstrada e explorada no decorrer deste artigo, se caracteriza como um dos principais componentes narrativos sobre a memória do trabalho industrial.

Ao evocarem o “tempo do trabalho”, os depoentes possibilitam o acesso a realidades sociais e laborais que extrapolam os muros das fábricas, revelando múltiplos aspectos que envolviam as atividades fabris, tanto no que se refere a questões técnicas, aos saberes adquiridos no processo de trabalho, à funcionalidade das máquinas, como também às relações interpessoais que poderiam estar pautadas por redes de sociabilidade e solidariedade, como também por discriminações de diversas ordens.

Os dados obtidos na pesquisa nos permitiram avançar na configuração de um patrimônio industrial que se configura pelas evidências concretas e tangíveis, mas também pelo que subjaz na memória coletiva de uma cidade que lamenta, constantemente, a perda de suas referências de passado, tempo no qual as chaminés eram mais do que uma espécie de símbolo identificador de um grande supermercado.

Referências

ÁLVAREZ-ARECERES, Miguel Ángel. Patrimonio industrial: un futuro para el pasado desde la visión europea. *Apuntes*, v. 21, n. 1 (2008), pp. 6-25. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-97632008000100002

BITTENCOURT, Ezio. *Da rua ao Teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional – Panorama da História de Rio Grande*. Rio Grande: EDFURG, 1999.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRESOLIN, Felipe. Jogo, logo existo: futebol, conflito social e sociabilidade na formação da classe trabalhadora em Rio Grande/RS (1907-1931). XI JORNADAS DO GT MUNDOS DO TRABALHO DA ANPUH-RS. Trabalho, educação e precariedade, 4 a 6 de novembro de 2021. *Anais GT Mundos do Trabalho*, Porto Alegre, 2021.

CANDAU, Joël. *Antropologia de la memoria*. Buenos Aires: Nueva vision, 2006.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Contexto: São Paulo, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

COPSTEIN, Raphael. O estrangeiro no município do Rio Grande. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v.4, 1975, p. 1- 46. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/bgg/article/download/37629/24283

Edelblutte, Simon. O patrimônio industrial no Reino Unido: contexto, paisagens, territórios. *Memória em Rede*, v. 4, nº 6, 2012:106-148

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Os fios da memória: fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 69-98, junho 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000100004

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. *Revista Museologia & Patrimônio*, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009, p. 22-35. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/43/23>

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul.-dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752006000200002&script=sci_abstract&tlng=pt Acessado em 28 abril 2020.

KUNIOCHI, Marcia N; COSTA, Ana Paula do A. Precarização e preconceito: mulheres trabalhadoras da indústria da pesca. X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. 26 a 30 de julho de 2010, Santa Maria, RS. Universidade Federal de Santa Maria, 2010. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/3413>

LANDGRAF, Lênin P. *Confronto no primeiro de maio de 1950 em Rio Grande: o massacre da Linha do Parque e a disputa pela memória*. Porto Alegre: Evangraf, 2022.

LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. Pelotas: Ed UFPel, 2016.

LOPES, Jose Sergio L. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

MARTINS, Solismar F. Fiches industrielles no extremo sul do Brasil: uma análise sobre o caso da cidade do Rio Grande/RS. IX COLÓQUI INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA – Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la Geografía y las Ciencias Sociales. Porto Alegre, 28 maio – 1 de junho de 2007, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/9porto/solismar.htm>

MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanização (1873-1990)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2016.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: Edusc, 2002.

MENDES, José Amado. Entrevista sobre Patrimônio Industrial. In: MATOS, Ana C.; SALES, Telma Bessa. (coord). *Conversando sobre patrimônio industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens*. Sobral: Edições UVA, 2018.

MERTZ, Marli. A burguesia industrial gaúcha e suas tentativas de organização: de sua origem a 1930. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 422-444, 1991. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1456>

MUEHLEBACH, Andrea. The body of solidarity: heritage, memory, and materiality in Post-Industrial Italy. *Comparative Studies in Society and History*, v. 59, n. 1, p. 96-126, 2017. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/comparative-studies-in-society-and-history/article/body-of-solidarity-heritage-memory-and-materiality-in-postindustrial-italy/35EB9B0C10CABF0DDC2891A260251622>

NERY, Olivia S. Memórias industriais: narrativas do patrimônio industrial da cidade do Rio Grande/RS. *Diálogos*, v. 6, 2021. Disponível em: Acessado em:

PEDROSO, Ticiano Duarte. *Cidade Nova: Narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande - 1950*. Orientadora: Lorena Almeida Gill. Pelotas, 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Versão eletrônica com texto completo. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2014/06/dissertacao_ticiano-duarte-pedroso.pdf. Acessado em 09 abril 2020.

PEDROSO, Ticiano Duarte. Entre o apito e o cheiro de peixe: história, cotidiano e sociabilidades no bairro Cidade Nova. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* [São Paulo], 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300675834_ARQUIVO_ENTREO APITOEOCHEIRODEPEIXEANPUH.pdf

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.9, n.18, ago/set 1989, pp. 09-18.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PIMENTA, Ricardo M. *Retalhos de memória: lembranças de operários têxteis sobre identidade e trabalho*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <http://www.pgdf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%20.pdf>.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. UNICAMP: Campinas, 2007.

SCHMIDT, Benito B. A diretora dos espíritos da classe: a “Sociedade União Operária” de Rio Grande (1893-1911). *Cad. AEL*, V. 6, n. 10/11, 1999. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2481>

SILVA, Susana Maria V.; SPOLLE, Marcus Vinicius. O trabalho feminino nas fábricas de conserva de pescado: a permanência de uma exploração laboral. *Scripta Nova*. Revista eletrônica de Geografia e Ciências Sociais. Universidad de Barcelona, v. 13, n. 464, jan de 2014. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15049>

SMITH, Paul. L'invention du patrimoine industriel. Conferência proferida no dia 26/01/2012. Disponível em: <https://www.citedelarchitecture.fr/fr/video/l'invention-du-patrimoine-industriel>

SOUZA, Jessé. A classe média no espelho [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

TORRES, Luiz Henrique. Cronologia Básica da História da Cidade do Rio Grande (1737 – 1947). *BIBLOS*, Rio Grande, v. 22, n. 2, p. 9-18, 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/957>.

VIEIRA, Márcio. Memória das mulheres operárias da CVI. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

XERRI, Eliana Gasparini. Uma incursão às fontes sobre o movimento operário de Rio Grande no início do século XX. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 22, n. 2, p. 91-110, 1996.

¹ A Ítalo-brasileira iniciou suas atividades em 1894 sob o nome de Fábrica Nacional de Tecidos Giovanni Henseberger & Cia, fundada por Giovanni Henseberger, um imigrante italiano. Em 1896 tornou-se Companhia de Fiação e Tecelagem Ítalo-Brasileira, sob o comando do novo proprietário Santo Becchi. Em 1941 tornou-se Sociedade Anônima e em 1942 passou a ser chamada Companhia de Fiação e Tecelagem Rio Grande.

² O projeto foi aprovado no Edital 08/2019 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq sob o número de processo 151171/2020-3 e foi desenvolvido na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, pela pesquisadora Profa. Dra. Olivia Silva Nery (bolsista de Pós-Doutorado Júnior CNPq) e pela Profa. Dra. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira (supervisora do projeto e Professora Titular da UFPEL), no período dezembro de 2020 até março de 2022.

³ Todas as fontes pesquisadas durante a pesquisa estão disponibilizadas no site do projeto e podem ser consultadas no seguinte link:

<https://docs.google.com/document/d/1vcI48iLTp3w8sUrc08P0XE7D2cPD0cA9quRY0kM3YA/edit>
Acessado em 30 de janeiro de 2023.

⁴ Disponíveis na Biblioteca Rio-Grandense

⁵ Foram considerados espaços de luta: sindicatos, sociedades, associações e jornais; de lazer e recreação: clubes e estádios; e educação: escolas. Salientamos que, inicialmente, este setor, bem como os demais não eram o principal objetivo do mapeamento do projeto, apenas as fábricas. Entretanto, durante o desenvolvimento da pesquisa e levantamento bibliográfico e de fontes, percebemos que esses espaços eram tão importantes quanto as fábricas e também relegados ao esquecimento e apagamento. Dessa forma, passamos a incluir tais informações no mapa. Por outro lado, não sendo o principal objetivo desta pesquisa, as fontes utilizadas durante a investigação não dão conta das informações necessárias para o mapeamento de todos estes estabelecimentos, sobretudo da história operária. Assim, reiteramos que essa pesquisa está em constante atualização e buscando complementação dos dados mapeados.

⁶ <https://caminhofabrilrg.wixsite.com/caminhofabrilrg>

⁷ A concepção de industrialização dispersa de Martins (2016) está baseada no conceito de Cano (1985) e Tavares e Oliveira (1989) ao analisarem a industrialização a nível nacional. No final do século XIX a industrialização brasileira ainda era descentralizada e não incluía todas as cidades e estados do território. Esse cenário de dispersão industrial e de pouca concorrência interna marcou o início da industrialização nacional e se estendeu até 1930.

⁸ Não se pretende fazer aqui uma discussão conceitual sobre “classe operária” e sobre a trajetória histórica desse debate. A esse respeito, sugerimos a leitura de Loner (2016, p. 13). Para a autora, “o fato de sofrer o mesmo tipo de exploração não faz de uma categoria ou grupo, uma classe. Ela só vai transformar-se em classe, à medida em que suas condições de vida e existência, suas lutas e experiências, despertarem a consciência de uma identidade comum, de um interesse coletivo, maior que a soma dos interesses individuais e uma vontade, expressa normalmente em práticas políticas, que leve à melhoria das condições de vida e trabalho ou à busca da superação de sua posição naquela sociedade, consequentemente, subvertendo a própria ordem social”.

⁹ MARIANI, Alfredo. [manuscrito] Memórias sobre a Companhia Fiação e Tecelagem Rio Grande. Rio Grande. 1950, MCRG 04594, Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande.

¹⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico: 1970. IBGE: Rio de Janeiro, 1970. ISSN 01043145.

¹¹ Em seu levantamento, Beatriz Loner (2016) identificou 55 entidades de classe operárias ou de trabalhadores, 10 entidades de classe patronais, 33 entidades beneficentes e 20 entidades políticas, em Rio Grande, entre 1888-1937.

¹² Tendo em vista a dificuldade em obter informações de todos os estabelecimentos, certos locais aparecem apenas com o nome e o endereço. Entretanto, reiteramos que se trata de um mapa que possibilita sua constante atualização e preenchimento de dados.

¹³ Até o momento, foram coletados 62 depoimentos. O formulário é composto por quatro seções e as seguintes perguntas: dados pessoais (nome completo, data de nascimento e telefone para contato); sobre a memória a ser compartilhada: o tipo de patrimônio industrial (fábrica, associações, sindicatos, clubes, cooperativas, ferroviário, portuário, meios de comunicação, meios de transporte, movimentos sociais ou outros); nome do lugar, espaço para depoimento, endereço do local e possíveis referências, qual a relação com o local (eu trabalhava lá; tinha familiares que trabalhavam lá; morava perto; consumia seus produtos; alguém me contou sobre; outros), de que época são tuas lembranças/informações; fotografia ou documento; conhecesse alguém que poderia nos fornecer entrevista sobre essa ou outra fábrica. E, por fim, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em que o depoente pode autorizar ou não o uso do depoimento e se quer, ou não, ser identificado. Formulário disponível em:

<https://caminhofabrilrg.wixsite.com/caminhofabrilrg/enviar-depoimento>

¹⁴ Alguns depoentes serão identificados nominalmente e outros não, em virtude da autorização fornecida para uso do depoimento e sua identificação. Assim, respeitamos a decisão dos depoentes e seu anonimato.

¹⁵ Depoimento de L.F., fornecido no dia 02/06/2021, através do formulário:

<https://forms.gle/vvYxYC6t5E1jYnuCA>

¹⁶ Depoimento de Noeci Silveira da Rosa, fornecido no dia 10/07/2021, através do formulário:

<https://forms.gle/vvYxYC6t5E1jYnuCA>

¹⁷ Depoimento de Mônica Cristiane Corrêa Silva, fornecido no dia 16/07/2021, através do formulário:

<https://forms.gle/vvYxYC6t5E1jYnuCA>

¹⁸ Depoimento de Edison Terroso Avila, fornecido no dia 29/07/2021, através do formulário:

<https://forms.gle/vvYxYC6t5E1jYnuCA>

¹⁹ Depoimento de Zenia Bermudez Calvete, fornecido no dia 10/07/2021, através do formulário:

<https://forms.gle/vvYxYC6t5E1jYnuCA>

²⁰ Depoimento de C.G., fornecido no dia 12/06/2021, através do formulário:

<https://forms.gle/vvYxYC6t5E1jYnuCA>

²¹ Depoimento de Shirlei de Fátima Felipe Madruga, fornecido no dia 17/03/2021, através do formulário:

<https://forms.gle/vvYxYC6t5E1jYnuCA>

²² Depoimento de Eliana Antunes da Silva, fornecido no dia 11/07/2021, através do formulário:

<https://forms.gle/vvYxYC6t5E1jYnuCA>

²³ Depoimento de Mônica Cristiane Correa Sila, fornecido no dia 16/07/2021, através do formulário:

<https://forms.gle/vvYxYC6t5E1jYnuCA>

²⁴ Depoimento de Jeanice Adriana dos Santos Garcia, fornecido no dia 21/04/2021, através do formulário:

<https://forms.gle/vvYxYC6t5E1jYnuCA>

²⁵ Depoimento de T.G., fornecido no dia 09/07/2021, através do formulário:

<https://forms.gle/vvYxYC6t5E1jYnuCA>

²⁶ Depoimento de Marli Ávila de Oliveira, fornecido no dia 08/07/2021, através do formulário:

<https://forms.gle/vvYxYC6t5E1jYnuCA>

²⁷ Depoimento de T.G., fornecido no dia 09/07/2021, através do formulário:

<https://forms.gle/vvYxYC6t5E1jYnuCA>

²⁸ Tradução livre. Trecho original: Y es por esa razón que la familia tiene una memoria propia del mismo rango que los otros tipos de comunidades: lo que pasa a primer plano en esta memoria son las relaciones de parentesco, y su tienen lugar unos acontecimientos que, a primera vista, se vinculan con ideas de otro orden es porque en algunos aspectos pueden ser considerados también como acontecimientos familiares, y es por eso que se les considera entonces bajo este aspecto (HALBWACHS, 2004, p 186).

Artigo recebido em 15/02/2023

Aceito para publicação em 05/06/2023